

O Movimento Separatista Sul-Mineiro de 1892: enfrentamento político regional no processo de consolidação republicana

FÁBIO FRANCISCO DE ALMEIDA CASTILHO*

O movimento separatista sul-mineiro de 1892

Parece-me escusado insistir na rememoração de fatos tão recentes; cumpre, entretanto, não perder de vista a íntima ligação com que se produziram. Desabrida oposição pela imprensa em linguagem sediciosa e anárquica; exploração da carestia dos gêneros alimentícios e mercadorias de primeira necessidade, em grande parte exagerada com o fim de superexcitar o sentimento popular; monstruosa campanha de descrédito no estrangeiro; formigamento incessante de boatos aterradores, com que a um tempo se tateava e se incitava o ânimo público; e, emergindo de todo esse trabalho subterrâneo, a revolta das fortalezas de Santa Cruz e Lage, no dia 20 de janeiro.

Dominada esta, e apesar da prudência e da tolerância do governo, indicando assim o desejo de uma política de paz e de concórdia, viu a Nação a recrudescência das hostilidades na imprensa e na via pública, tentativas de greves, emissários agitando, ora a ideia separatista, como em Minas Gerais, ora movimentos sediciosos, até mesmo dentro dos quartéis, como em São Paulo e Mato Grosso; as tentativas de aliciação da força pública nesta capital, a intimação provocadora e acintosa, dirigida por treze generais ao Chefe do Estado, e, por último, a explosão do dia 10 de abril (...).

Todos estes fatos se concatenam como os elos de uma mesma cadeia; uns elucidam os outros; e é nesta ligação profunda e irrecusáveis que os haveis de considerar, para fazer justiça à segurança e retidão de vistas, e à escrupulosa escolha de meios com que procedeu o Governo; na gravíssima situação que tais fatos criaram (Relatório do Presidente da República Floriano Viera Peixoto, 1892.p.4-9. Disponível em: www.uchicago.edu. Acesso em: 19 maio 2012).

No trecho acima o então Presidente da República em exercício, Floriano Peixoto, comentava as dificuldades encaradas no início do seu governo e a resistência enfrentada contra diferentes setores da sociedade e em diversas partes do país, configurando um cenário de grave crise política e de complexa adaptação ao regime republicano. O Presidente descreve a sublevação ocorrida na Fortaleza de Santa Cruz da Barra, no Rio de Janeiro, quando cerca de 150 presos, capitaneados pelo sargento Silvino Honório de Almeida, sublevaram-se na fortaleza na qual estavam detidos como forma de protesto à presidência de Floriano Peixoto. O grupo, armado, intimidou outras praças a aderirem à revolta, sendo acompanhados em seguida por alguns oficiais da Fortaleza de Lage. Retendo os militares que tentaram conter o movimento, os revoltosos endereçaram um ofício a Floriano dando-lhe o prazo de duas horas para renunciar ao governo em favor de Deodoro ou de uma junta governativa, sob a ameaça

*Pós-Doutorando FEA/USP. Bolsista Fapesp.

de bombardear a cidade do Rio de Janeiro. A rebelião, contudo, fracassou e os amotinados de Santa Cruz renderam-se no mesmo dia sob a mira de um cerco naval com um saldo de dezenove feridos (SILVA, 2001).

Com efeito, o período florianista foi pródigo de manifestações exaltadas. Em 31 de março de 1892, 13 generais do Exército e da Marinha enviaram um ultimato ao Presidente, a fim de que marcasse eleições para a Presidência da República. O “Manifesto dos 13 generais”, como ficou conhecido, contestava a legitimidade do governo, condenava as atitudes de Floriano Peixoto contra rebeliões nos estados e solicitava convocação de nova eleição para a Presidência da República. No dia seguinte à publicação do manifesto, o Presidente mandou reformar os signatários e prender alguns deles. Esses generais seriam anistiados pouco tempo depois, mas outros incidentes vieram somar-se ao precedente. Já no dia 10 de abril do mesmo ano, segundo o historiador Edgard Carone, nova tentativa de golpe foi impetrada pelo Tenente Coronel Mena Barreto, mas, descoberto por Floriano Peixoto, não se verificou, embora o governo seguiria ameaçado em episódios como a Revolta da Armada e a deflagração da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul.¹

Esses episódios conferiam ares de tensão ao governo de Floriano Peixoto e, encadeado às demais agitações espalhados pelo país, deflagrou-se o *Movimento Separatista Sul Mineiro*, que conectava as disputas locais no interior de Minas ao grave contexto nacional. Evidenciando que as disputas entre as facções locais ainda não haviam sido solucionadas desde a Proclamação da República e que os antigos republicanos permaneciam insatisfeitos e fora do poder estadual.

O *Movimento Separatista Sul Mineiro* foi bem organizado e contou com a criação de um órgão oficial na imprensa, um batalhão e uma Junta Governativa. Por outro lado, também insurgiu no Sul de Minas um segundo agrupamento político contrário à separação da região. Esse grupo, comandado por Silviano Brandão e sediado em Ouro Fino, também criou um periódico e em suas folhas enaltecia as ideias de coesão e harmonia dentro do estado de Minas Gerais. Dessa forma, a análise do movimento separatista sediado em Campanha justifica-se por demonstrar o primeiro embate travado em território sul mineiro entre os políticos locais

¹Para uma bibliografia sobre os episódios mencionados durante o governo de Floriano Peixoto Cf. BELLO, 1964; CARONE, 1983; QUEIROZ, 1986; FLORES, 2003; RESENDE, 2003.

divididos em duas vertentes. A análise do episódio evidencia que não houve unanimidade na região em relação a sua independência de Minas Gerais e tampouco consenso quanto aos rumos do novo regime republicano, apresentando-se a elite regional fracionada. O *Movimento Separatista*³¹ de Janeiro foi uma manifestação política dos republicanos históricos de Campanha e arrabaldes insatisfeitos com o rumo “adesista” que o novo governo ganhou, principalmente com a manutenção de Cesário Alvim na Presidência do Estado.

A ideia de dividir Minas Gerais em duas províncias ou estados não era nova: havia perto de 50 anos que ela fora aventada e por vezes foi levada ao seio da Assembleia Geral. Entre 1842 e 1892 nada menos do que oito tentativas de separar parte do Sul de Minas do restante do estado foram feitas. Algumas com maior relevância em conformidade com o cenário nacional, como da Revolução Liberal de 1842, e outras não passando de desavenças locais.²

² Dentre as tentativas de separação do Sul de Minas no século XIX merecem destaque alguns episódios. O primeiro projeto de teor separatista apresentado à Câmara dos Deputados, em 1842, propunha a anexação do Sul de Minas ao território de São Paulo. Este episódio está relacionado com o contexto da Revolução Liberal de 1842 e sua apreciação deve ser realizada em conexão com a historiografia nacional acerca do tema. Nesta oportunidade o plano separatista encontrou resistência por parte de políticos mineiros que pretendiam a criação de uma unidade administrativa independente na mesma região. Em 1844 o Conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga submeteu à consideração da Câmara dos Deputados um segundo projeto de lei que dividia a província. Mas não foi levado adiante. Em 1853, aproveitando a discussão na Câmara Federal do projeto de criação da província do Paraná também se reacenderam as discussões sobre a divisão territorial de Minas Gerais e sobre a criação de uma nova província na região. Nessa oportunidade o então deputado Cruz Machado propôs que se discutisse conjuntamente a separação sul-mineira, a fim de que, em vez de uma, criassem-se logo as duas províncias – a do Sul de Minas e a do Paraná, pois assim se poderia melhor fixar os limites das antigas confinantes. Por essa mesma ocasião os deputados do Rio de Janeiro Francisco Octaviano Pereira da Silva e Cândido Borges foram portadores e fundamentaram diversas representações de municípios sul-mineiros, pedindo a efetividade daquele projeto; e alegavam, entre outras razões, a longa distância em que ficavam da capital da província as cidades do Sul de Minas. Com o fracasso dessas tentativas, outras se sucederam, porém com maior apelo político. Em 1862 o deputado Evaristo da Veiga apresentou um novo projeto de lei dividindo a província mineira em duas, recebendo a nova denominação de *Minas do Sul*. Esse projeto foi assinado por 47 deputados e recebido com tão boa aceitação, que seria aprovado, se, no ano seguinte, não fosse dissolvida a Assembleia Geral. Em matéria de detalhamento e forma, o projeto de Evaristo da Veiga significou uma evolução das ideias separatistas esboçadas no projeto de 1854. Nele estão apontados com precisão os limites da nova província, a capital provisória, o número de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado, além dos distritos eleitorais e seus respectivos municípios apuradores. Em 1868, as disposições gerais do projeto de Evaristo da Veiga serviram de base para outro Projeto de Lei, apresentado pelo deputado mineiro Américo Lobo. Neste outro projeto Minas Gerais seria dividida em duas províncias, recebendo a nova o nome de *Sapucay*. A mesma seria composta pelas comarcas de Baependi, Jaguari, Sapucaí e Rio Grande e sua capital seria a cidade de Campanha. Menos pretensioso que o projeto anterior, o projeto de Américo Lobo também era claro quanto às divisas territoriais e às novas repartições administrativas municipais do Sul de Minas Gerais. No ano seguinte, tendo sido julgado objeto de deliberação tais projetos e dando-se preferência a este último, foi posto na ordem do dia, mas não chegou a ser discutido. Em 1876, Bernardo da Veiga, parente próximo dos autores dos projetos de 1844 e 1862, endereçou à princesa regente D. Isabel um extenso memorial sobre o assunto separatista e pedindo

O Movimento Separatista de 1892 ganhou maior relevância com o conturbado contexto nacional. Acontecimentos como a Revolta da Armada, a Revolução Federalista e os diversos movimentos sociais urbanos e rurais (jacobinismo, movimentos restauradores e conflito de Canudos) conferiam ao período grave instabilidade (CHALHOUB, 1996; CARVALHO, 2009). Além disso, O *Movimento Separatista 31 de Janeiro* também se distingue por seu radicalismo e organização. Enquanto os projetos divisionistas anteriores se restringiram a discussões na Câmara dos Deputados, o movimento de 1892 ganhou as ruas e seus líderes proclamaram a região independente do restante de Minas, criaram uma Junta Governativa, formaram um batalhão e começaram a pressionar o imediato reconhecimento federal. Cumpre observar que a orientação política desse movimento era bastante diferente dos projetos parlamentares apresentados durante o Segundo Império. Enquanto as primeiras empreitadas divisionistas propunham medidas legais para a provincialização da região, os adeptos do Movimento Separatista *31 de Janeiro* não hesitavam em dispor de medidas anticonstitucionais para conquistarem seu intento (CASTRO, 2012).

A liderança do movimento coube a Martiniano da Fonseca Reis Brandão, republicano histórico insatisfeito com o alijamento político advindo com o novo regime. Martiniano era irmão de Francisco Brandão, principal nome do republicanismo histórico na região desde seu trabalho na imprensa periódica à frente de *O Colombo* entre 1873-1874 (CASTIHO, 2012).

Proclamada a separação do Sul de Minas, no dia 31 de Janeiro de 1892, constituiu-se uma Junta Governativa composta pelos seguintes líderes políticos: Martiniano da Fonseca Reis Brandão, José Luiz Pompeu da Silva, Manoel de Oliveira Andrade, Francisco Bressane de Azevedo e Joaquim de Oliveira, todos republicanos históricos. Os três primeiros membros moravam em Campanha e os dois últimos eram de São Gonçalo do Sapucaí e Cambuí, respectivamente, cidades em que a separação sul-mineira também fora abraçada. Ainda aderiram à separação os municípios de Três Corações e Machado e a cidade de Campanha foi escolhida como sede da capital temporária. A Junta Governativa Provisória foi aclamada na Praça da Liberdade no município de Campanha por mais de 500 pessoas e a forma organizada

a anuência real a causa. Finalmente, aos 8 de julho de 1884, um último projeto separatista foi apresentado à Câmara dos Deputados por Olímpio Valadão. Seu teor e forma eram semelhantes aos projetos anteriores, sendo que a circunscrição proposta para a nova província limitava-se apenas às comarcas do Sul de Minas Gerais. (Monitor Sul-Mineiro, 26 de agosto de 1880, p. 1-2).

com que os acontecimentos se deram indicam que o movimento separatista fora orquestrado e preparado há algum tempo.

Os membros da Junta Governativa aguardavam uma rápida manifestação favorável do Governo Federal, que deveria reconhecer a divisão mineira e sancionar, no menor prazo, a separação do território de “além Rio Grande”, que a partir de então constituiria o novo estado, Minas do Sul.

Juntamente com a separação e proclamação da Junta Governativa nasceu o periódico *Minas do Sul*, para ser seu órgão oficial e para sustentar e defender o novo estado. Todos os atos e resoluções da Junta Governativa seriam nele publicados com caráter legislativo. O periódico também fazia a propaganda divisionista, ao mesmo tempo em que buscava e publicava o apoio recebido de outras cidades do Sul de Minas e combatia os rivais da ideia separatista (MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de 1892. Proclamação. p.2).

A publicação do periódico *Minas do Sul* aconteceu em duas fases distintas. A primeira, com apenas duas edições, em 19 e 27 de fevereiro de 1892, ocorreu durante a proclamação do movimento e a curta duração da separação sul-mineira. Neste período o periódico recebeu inúmeras contribuições como a de Martiniano da Fonseca Reis Brandão e a de José Luis Pompeu da Silva, responsáveis pela eclosão do movimento e membros da Junta Governativa. Em seu primeiro número um longo editorial foi assinado por Francisco Honório Ferreira Brandão, saudando a emergência do novo estado e a sua Junta Governativa.

Para os manifestantes do município de Campanha, o momento vivido no âmbito nacional, de conturbada adaptação ao novo regime republicano, constituía um momento ideal para o Sul de Minas separar-se do restante do estado. No entanto, o principal motivo que levou à tentativa de separação é difícil precisar, mais correto seria falar em motivos, cabendo a cada um deles menor ou maior relevância no episódio. Sendo assim, os editores de *O Minas do Sul* justificaram o movimento separatista sul-mineiro, dentre outras razões, devido à decepção dos republicanos históricos com o governo geral; a difícil relação que a região mantinha com a distante capital Ouro Preto; as finanças do estado que faziam a região sentir-se extremamente prejudicada com a falta de investimentos em sua infraestrutura; as lideranças políticas que ocupavam altos cargos no governo estadual desagradavam às lideranças locais; as modificações na legislatura do poder e ação das municipalidades não foram bem aceitas; o

processo das eleições municipais era denunciado como corrupto e, por último; o sonho de criar um estado mais organizado, mais justo, próspero e mais simples de governar acalentava as esperanças separatistas.

Cesário Alvim havia sido indicado o primeiro Presidente do estado de Minas, em função de suas ligações prévias com Deodoro da Fonseca, muito embora não tivesse sido um republicano histórico. Passou a liderar em Minas Gerais um grupo que conferia sustentação política ao Presidente da República, o que dividiu internamente as suas bases de sustentação. Segundo Viscardi, lideravam a oposição a Cesário Alvim duas figuras ligadas desde cedo à propaganda republicana: Fernando Lobo e Antônio Olinto dos Santos Pires (VISCARDI, 1999). Não por acaso duas lideranças do episódio em análise eram Jonas Olinto, irmão de Antônio, e Reis Fonseca, primo de Fernando Lobo.

Por outro lado, contra a ideia divisionista insurgiu no Sul de Minas um grupo contrário à separação, liderada por Silviano Brandão, essa coligação sediou-se em Ouro Fino e neste município foi criado um periódico para combater a propaganda divisionista levada pela folha de *O Minas do Sul*. Surgia *A Gazeta de Ouro Fino*.

A Gazeta de Ouro Fino acompanhou com grande interesse as questões referentes à divisão de Minas. No entanto, seus redatores tinham opinião diversa aos separatistas da Campanha e a *Gazeta* constituiu-se no principal órgão contrário à separação da região.

No dia 31 de janeiro de 1892 circulou o primeiro número de *A Gazeta de Ouro Fino* (CASASANTA, 1958:14-15). Justamente no mesmo dia em que se proclamou a divisão do estado de Minas Gerais em Campanha e que nasceu *O Minas do Sul*. Ainda no mesmo dia, Júlio Bueno Brandão foi eleito Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Ouro Fino, função que ocupou até 1903, garantindo a voz de Silviano Brandão na região.

A Gazeta de Ouro Fino era editada por João Moreira Meireles Leite e contava com a colaboração de Rufino Antônio de Oliveira, Alfredo Pinto Viera de Melo e Júlio Bueno Brandão.

Os políticos responsáveis pela edição de *A Gazeta de Ouro Fino* eram todos provenientes do Partido Liberal, e só aderiram ao republicanismo tardiamente. Dessa forma, devem ser considerados como “adesistas”. A mudança de opinião de Júlio Bueno Brandão quanto ao melhor regime político pode ser percebida no trecho publicado em 11 de setembro

de 1894, que celebrava seu aniversário. O trecho narra a transformação do liberal acirrado em republicano convicto:

Posto militasse nas fileiras do Partido Liberal nos tempos do Império, a sua transição para o Partido Republicano era consequência matemática do estudo incessante que fazia de publicistas como D. Lastarria e Leon Donat. Derribadas todas aquelas ficções inerentes ao trono, Júlio Bueno Brandão, como todos os espíritos cívicos e patriotas, submeteu-se a ação da lei universal da instabilidade humana para o progresso que no dizer de comte é o desenvolvimento da ordem, e foi republicano. (A GAZETA DE OURO FINO, 11 SET.1894. AO ILUSTRE DEPUTADO JÚLIOBUENO BRANDÃO. P.1).

A decisiva participação de Júlio Bueno Brandão como subordinado de Silviano Brandão em Ouro Fino constitui o que Nunes Leal chamou de *absenteísmo*, isto é, quando o coronel alcança êxito em seus negócios e se ausenta de sua base política, mas deixa em seu posto um *lugar-tenente* que responde por ele e mantém a fidelidade local (NUNES, 1949: 23). Silviano comunicava-se constantemente através de cartas com Bueno Brandão, indicando como deveria agir em cada situação, principalmente quando se aproximavam as eleições.

Um do argumento contrário ao separatismo era o bom momento político-econômico e a boa administração estadual. Os editores de *A Gazeta de Ouro Fino* afirmavam que Minas Gerais era o único estado da Federação em condições “lisonjeiras e prometedoras” (A GAZETA DE OURO FINO, 21 de fevereiro de 1892. A Integridade de Minas. p.1),apontando graves problemas políticos e econômicos nos outros estados da federação.

Na visão do periódico a administração de Cesário Alvim em Minas Gerais era inteligente e honesta: o governo era forte, seguro do seu poder, com apoio na vontade quase unânime do povo mineiro. A economia e o bom emprego das rendas públicas elevavam as finanças do estado. A Constituição, recentemente votada, era a mais liberal e a mais bem trabalhada dentre todas as dos outros estados. A reforma judiciária e demais leis da Assembleia mineira eram outros tantos motivos de contentamento e de orgulho para Minas. Sua população se entregava pacificamente e satisfeita à lavoura e às indústrias.

Apesar desse apoio, Cesário Alvim seguia sendo violentamente atacado e pressionado para deixar o governo estadual. Diante dessa contestação, armou-se um esquema entre os políticos de maior projeção estadual, dentre eles Silviano Brandão, visando a defender a autonomia estadual da pressão do grupo de dissidentes mineiros que pretendia a deposição de

Cesário Alvim. De acordo com Resende, diante da enorme pressão para sua saída da Presidência do Estado, “Alvim foi cercado de ruidosas manifestações de apoio pela imprensa, umas efetivas, outras meramente políticas” (RESENDE, 1982: 79). *A Gazeta de Ouro Fino* encaixava-se na segunda opção.

A propaganda pró Alvim, constante nos editoriais de *A Gazeta de Ouro Fino*, foi uma decisão de Silviano Brandão, conforme carta de 7 de dezembro de 1891:

Desde que pisei território sul mineiro tenho agitado a opinião, estigmatizando por meio de telegramas, aos jornais do Rio, a infeliz tentativa de deposição do Alvim, o que, aliás, é o resultado de combinação entre os residentes em zonas servidas pelo telégrafo (Campanha e Três Corações).

Peço-te, e ao Dr. Alfredo, que mandem, com urgência, telegramas no mesmo sentido, rodeando, assim, o Alvim, de todo o prestígio, burlando, desse modo, qualquer outra tentativa. Dirijam telegramas ao “País”, “Jornal do Comércio” e “Gazeta de Notícias”, e bem assim ao “Movimento”. Nesses telegramas convém mostrar o que a notícia da tentativa produziu no povo, que vê no Presidente legal a garantia da paz, tranqüilidade e prosperidade do Estado.

O Dr. Alfredo poderá passar um, em nome próprio, e como juiz de Direito; a Intendência outro, em nome do povo do município e as outras autoridades, outro (CASASANTA, 1958: 109).

Claramente Silviano pretendia conter a pressão contra Cesário Alvim e manter a paz no estado. Embora utilizasse de várias maneiras para prestigiar Alvim, todas tinham a mesma origem, a tipografia de *A Gazeta de Ouro Fino*, de onde emanavam todas as ordens de Silviano Brandão. Curioso notar como a imprensa reproduzia exatamente aquilo que Silviano, em suas cartas, determinava a Júlio Bueno Bandão. Na correspondência seguinte o senador ainda se mostrava confiante quanto à manutenção de Alvim na Presidência do Estado:

Entendo (que) enquanto estiver no Governo o Alvim; mesmo que este tenha de renunciar (o que não creio), só os acontecimentos devem determinar a norma de conduta dos amigos daí.

Conquanto pareça-me crítica a situação do Alvim, creio que, se de novo tentarem depô-lo, haverá resistência séria, não tendo aliás força a dissidência em Minas, muito principalmente em Ouro Preto, onde o povo é todo do Governo (...). Peço-te que me informes sobre o que aí ocorrer, com a precisa urgência (CASASANTA, 1958: 112).

As previsões de Silviano Brandão não se confirmaram e Cesário Alvim renunciou em 9 de fevereiro de 1892. A renúncia foi comemorada como uma vitória pelos separatistas, mas

a queda de Alvim não colocou fim às disputas regionais que permaneceram acirradas em Minas Gerais.

A renúncia de Cesário Alvim e o final do Movimento Separatista

O relatório do Presidente de Estado do ano de 1892 apresenta em suas cinco primeiras páginas a descrição do Movimento Separatista Sul-Mineiro. A exposição dos acontecimentos no documento oficial é feita de forma insípida, com a intenção de desacreditar o movimento separatista e mostrá-lo sem maior importância política para o período. Mas se o episódio foi tão vazio de representação, por que ocupa as primeiras páginas do documento?

De acordo com a leitura do relatório do Presidente de Estado de 1892, o sonho separatista de parte da elite política sul-mineira não alcançou qualquer relevância. Nas páginas do documento o movimento é descrito como “fraco”, “sem futuro”, sem “condição de realizar-se” e, ainda, sem qualquer “peso político”. Os separatistas sul-mineiros possuíam “loucas aspirações” e seu movimento era “insólito”(Relatório do Presidente de Estado Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, 1892. p.4-5).No entanto, quem assina o documento é o vice-presidente, Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, pois o presidente eleito pelo legislativo, José Cesário de Faria Alvim Filho, que iniciara seu governo em 18 de junho de 1891, não estava mais no cargo ao final do ano, pois renunciara a 9 de fevereiro de 1892. Deposto pela pressão, acrescida, não se sabe em qual medida, do movimento separatista.

Com efeito, o maior objetivo dos separatistas era provocar a saída de Cesário Alvim da Presidência do Estado e, nesse sentido, o movimento foi vitorioso. Em carta aberta à população de Minas Gerais, Alvim revelou os motivos de sua renúncia e creditou à pressão separatista peso determinante em sua decisão de abandonar o governo. Curioso notar que tanto o relatório do Presidente de Estado daquele ano, como a imprensa periódica não divisionista, desacreditaram o movimento, considerando-o ridículo e irrisório. No entanto, é exatamente a carta assinada pelo maior rival separatista, Cesário Alvim, que conferiu papel de relevo para os manifestantes separatistas do Sul de Minas.³

³ Evidentemente a postura dos periódicos não-divisionistas e do relatório oficial justifica-se porque os mesmos pretendiam diminuir a importância do movimento e não ensoberbecer seus adversários.

A carta redigida por Cesário Alvim foi publicada na íntegra em *O Minas do Sul*. A análise do documento em que o ex-presidente justifica sua saída do cargo revela os bastidores da política interna mineira. Os fatos foram narrados por Alvim enfatizando os motivos que ocasionaram a sua renúncia. O documento inicia-se com a justificativa do político de voltar ao assunto de sua renúncia para não permitir que adversários políticos duvidassem de sua dignidade e patriotismo, para agradecer ao povo mineiro que tanto o distinguia e para limpar a sua honra e não permitir manchas na memória de seu nome e de seus filhos.

Com o intuito de se defender e de minar a causa divisionista, Cesário Alvim apresentou sua visão dos fatos, reproduzindo cartas e telegramas que recebeu, informando sobre os bastidores da organização da cilada armada contra o seu governo e a participação de figuras proeminentes do governo federal, incluindo o Presidente Floriano Peixoto, dentre outros, que complicavam e ampliavam a querela. Cesário Alvim informou que desde 20 de janeiro de 1892 recebeu informações sobre o movimento que se organizava para bi-partir Minas Gerais, criando um novo estado ao sul de Minas Gerais. Nota-se que o nome do informante não foi declarado:

Na noite de 1 para 2 de fevereiro recebi a seguinte carta escrita por um digníssimo chefe político, a qual fazia no invólucro a nota de urgentíssima:

Campanha, 29 de Janeiro de 1892, Exmo. Amigo Sr. Dr. Cesário Alvim. – Como verá do manifesto junto, teremos aqui a constituição do novo estado do Sul.

O dr. Martiniano Brandão chegou ontem do Rio e, afirmando que essa idéia é bem acolhida pelo Marechal Floriano, a vai espalhando, e ao mesmo tempo favoneando interesses materiais pela elevação dessa cidade à capital do novo Estado, ganha algum terreno.

Apregoa também que o telégrafo e a estrada de ferro central estão interditos para as comunicações de v. ex. e o Sul.

A proclamação será feita a 31 deste.

Cumpra que v. ex. tome providencias e envie forças pela (Estrada de Ferro) Oeste (de Minas) que virão até Lavras, dali há apenas 15 léguas a esta cidade, recomendando à autoridade toda a prudência.(...)

A opinião do sul é contrária à idéia de separação hoje, mas pode em algum ou alguns pontos aparecer início de desordens que perturbem a nossa invejável paz e tranquilidade (O MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de 1892. Aos Mineiros. p. 3-4).

O informante desconhecido, importante político de acordo com os comentários de Alvim, estava bem informado do movimento, conhecia suas lideranças e ações e também a geografia sul-mineira, inclusive sugerindo formas de ação ao Presidente. Acreditamos que a identidade do delator seja o senador Gomes Valadão, antigo desafeto dos separatistas sediados

em Campanha.⁴ Alvim ainda reproduz outras correspondências que recebeu, por exemplo, de Joaquim Lobo, irmão do Ministro Fernando Lobo, que também o prevenia do movimento separatista do Sul de Minas.

A participação da família Lobo teve grande significado, uma vez que Fernando Lobo era Ministro das Relações Exteriores de Floriano Peixoto e Cesário Alvim temia a interferência do governo da União em favor dos separatistas. Alvim revelou que Fernando Lobo havia recebido Martiniano Reis Brandão, presidente da Junta Governativa, na capital federal:

Eu tinha motivos para acreditar na interferência, senão do governo da União, ao menos de um dos membros do ministério. (...) O cidadão que a si próprio nomeou-se presidente da junta governativa do novo Estado (Martiniano Brandão) que ia criar é parente próximo do ilustre ministro das relações exteriores (Fernando Lobo). Esteve sempre na capital federal em contato íntimo com s. ex. e dali partiu com o seu programa de governo formulado e que foi distribuído em avulso por todos os pontos da zona sul-mineira (O MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de 1892. Aos Mineiros. p. 3).

Alvim revelava seu receio de o movimento separatista possuir apoio do governo federal devido às boas relações que Martiniano Brandão possuía com o Ministro Fernando Lobo, natural de Campanha e parente próximo do líder separatista. Alvim acreditava que essa proximidade teria facilitado o contato dos separatistas com o Presidente Floriano Peixoto, que estivera na região do Sul de Minas meses antes.

Em suma, o ex-presidente estadual revelou que o movimento fora orquestrado externamente, no Rio de Janeiro e com a participação de um único líder político local: o próprio Martiniano da Fonseca Reis Brandão. Asseverou que não esteve disposto a levar a questão adiante, com o risco de iniciar um confronto armado. E se convenceu que o melhor para o estado de Minas Gerais era sua renúncia.

De acordo com Maria Efigênia Lage de Resende, a ideia da deposição do presidente Alvim, embora ventilada, teve contra si as lideranças políticas mais importantes do estado. “O

⁴ O senador Gomes Valadão era um dos políticos mais destacados da região ao final do Império: era chefe do partido conservador no Sul de Minas e responsável pelo projeto da Estrada de Ferro Minas e Rio. Mas nas páginas de *O Minas do Sul* era apresentado como político interesseiro, egoísta e desleal. A disputa entre o grupo histórico e Gomes Valadão era antiga, desde os primeiros anos de *O Colombo*, 1873 e 1874, quando Valadão ocupava a agência executiva do município, desentenderam-se diversas vezes. A oposição a Valadão se acirrou porque o senador levava à Assembleia um projeto separatista, mas devido suas relações com Cesário Alvim, não apoiou o movimento de 1892 e fez oposição ao mesmo.

caráter sangrento dos acontecimentos que envolveram as deposições em Pernambuco e São Paulo demonstravam que a melhor política era a de evitar que a crise política mineira evoluísse para a deposição” (RESENDE, 1982: 80).

Alguns pontos da carta de Alvim merecem destaque. Primeiramente a tentativa de salvar sua carreira política e sua honra, justificando sua renúncia com a deflagração de um movimento orquestrado contra a sua pessoa e ele, como patriota que era, abriu mão de seus privilégios e direitos para salvaguardar a integridade do território mineiro.

A segunda característica da carta que merece atenção é o fato de que, como já foi mencionado, os documentos oficiais, como o Relatório do Presidente de Estado, e os periódicos publicados por facções não-separatistas, esforçaram-se em transmitir uma ideia de ausência de grandes riscos ou chance de êxito do Movimento Separatista, considerando-o despreparado e sem propósitos. Mas foi justamente a carta do ex-presidente que revelou os bastidores do episódio, e que o mesmo não foi vazi de significado e importância política para o momento. A ameaça de confronto de tropas, o medo da participação federal pró-separação, sem contar o peso político dos acontecimentos, fizeram com que Alvim abandonasse o cargo, pondo em risco sua carreira política. Assim, o próprio Alvim conferiu peso determinante ao movimento separatista sul-mineiro durante o conturbado ano de 1892.

Mas a queda de Alvim não colocou fim imediato ao movimento separatista. Em 27 de fevereiro, os editores de *O Minas do Sul* informaram de forma sobressaltada o rumor de uma movimentação de tropas estaduais contra os arrabaldes de Campanha.

De fato, a primeira movimentação de tropas anunciada no periódico não ocorreu, mas, na semana seguinte, *O Minas do Sul* deixara de circular, pois fora silenciado o movimento separatista. A cidade de Campanha fora cercada, não apenas por tropas estaduais, mas também por forças federais enviadas para garantir a ordem, contra as quais o batalhão separatista não estava disposto a bater-se.

Com o desaparecimento do periódico, muitas questões ficaram suspensas, pois até a última publicação, em 27 de fevereiro de 1892, a separação do território sul-mineiro era mantida, a renúncia de Alvim comemorada e sua Junta Governativa deliberava como governo instaurado. As causas do fim do movimento ficaram sem resposta, não só no periódico que

deixou de existir, como nas folhas rivais que pouco ou nada comentaram depois de encerrado o “conflito”.

Depois de sufocado, o movimento separatista foi espinafreado por seus adversários, taxado de ridículo e irrisório. No entanto, os editores de *O Minas do Sul* conferiam maior significado ao movimento, que, embora derrotado, deveria ser respeitado; e creditavam maior importância ao episódio na conjuntura interna da política mineira:

É ridículo um movimento revolucionário, que obriga ao presidente do Estado a abandonar apressado o governo? É ridícula uma revolução contra a qual expede-se um contingente de forças estaduais de mais de 200 homens, bem armados e equipados, com ambulância e todos petecos bélicos; contingente que não quis seguir a marcha sem vir escoltado por um reforço de soldados federais e um parque de artilharia? (O MINAS DO SUL, 5 de novembro 1892. Minas do Sul. p.1).

As lideranças separatistas consideravam que sua derrota foi cara para o governo central, principalmente para Cesário Alvim, forçado a renunciar. Ao mesmo tempo, a intromissão de tropas federais também era motivo de altivez, pois mesmo sem a ocorrência de um confronto de fato, a simples movimentação de tropas federais em direção à região já conferiam importância e reconhecimento ao movimento separatista.

Quanto ao posicionamento do governo federal também pairavam dúvidas no ar. Em trechos da carta já analisada de Cesário Alvim o político insinuara, e, um outro periódico, *O Bom Sucesso*, afirmara, que o governo federal era a favor do movimento separatista, devido as boas relações que seu líder, Martiniano da Fonseca Reis Brandão, possuía com o Ministro Fernando Lobo e com o próprio presidente Floriano Peixoto, mas este boato foi desmentido categoricamente com o retorno de *O Minas do Sul*:

Nenhuma intervenção por parte do governo federal foi operada em favor do movimento. O que é verdade inconcussa, é que o governo federal usando da atitude neutra que se meteu, veio afinal intervir, mas em favor do governo do Estado. E se não fora essa intervenção das forças federais com que jamais se bateriam os revolucionários, porque seria o mesmo que baterem-se contra a República; estaria constituído o Estado de Minas do Sul: porque tinham os revolucionários elementos de sobejo, para aniquilarem toda e qualquer força, que contra eles fosse enviada da metrópole. (O MINAS DO SUL, 5 de novembro 1892. Minas do Sul. p.1).

Embora a movimentação de tropas federais tenha sido determinante para o desfecho do movimento separatista no Sul de Minas, a posição de Floriano Peixoto permanece controversa, pois, talvez pressionado pelo Ministro Fernando Lobo, teria manifestado sua simpatia à causa separatista. Sabe-se que Cesário Alvim era inimigo de Floriano.⁵ No entanto, não existem documentos que comprovem a definitiva adesão de Floriano ao movimento, mas o Presidente era amigo pessoal de Martiniano Reis Brandão e frequentava as estâncias balneárias do Sul de Minas. Floriano Peixoto mantinha uma casa de veraneio em Cambuquira e ali se encontrava com políticos de Campanha ligados ao movimento separatista. Nessa ocasião, provavelmente, teria hipotecado seu apoio ao movimento.⁶

Mas nem tudo ocorreu como esperavam os separatistas. Muitos políticos da região boicotaram o movimento, assim que conseguiram um acordo com o então governador Cesário Alvim. Em 20 de fevereiro, forças federais embarcaram rumo a Campanha para restabelecer a ordem na região. Em março o 31º Batalhão de Infantaria chegou a Três Corações. A Junta Governativa não ofereceu resistência e o Estado de Minas do Sul foi dissolvido e os participantes do Movimento foram anistiados poucos meses depois (WIRTH, 1982: 73).

Encerrada a questão separatista, passou a destacar-se no Sul de Minas, sob a batuta de Silviano Brandão e Júlio Bueno Brandão, a argumentação contrária ao separatismo e ganhou relevância o discurso que enfatizava a necessidade de Minas Gerais permanecer unida para que continuasse seguindo nos trilhos do progresso e da ordem pública e, acima de tudo, tornar-se um estado forte, com condições de direção política na disputa com os demais estados da federação. Esse discurso ganhava corpo e se repetia com enorme frequência nas páginas de *A Gazeta de Ouro Fino*.

O estado de Minas Gerais era descrito como pacífico e próspero, sem embaraços políticos ou econômicos. E essa condição devia-se, na opinião dos editores do periódico, à vastidão do território mineiro e sua enorme população. Esses dois aspectos tornavam o estado respeitado pelo restante do país. E quanto mais harmoniosa fosse a relação entre suas sub-regiões, maior seria a força de toda Minas Gerais. Na República Federal, o estado de Minas; -

⁵ Cesário Alvim apoiou o golpe de 3 de novembro de 1891, que culminou na renúncia de Deodoro da Fonseca. Deste episódio em diante suas bases ficaram extremamente abaladas no interior de Minas, principalmente com a forte pressão dos republicanos históricos (RESENDE, 1982).

⁶ Esta versão da história é encontrada em textos de memorialistas locais, mas sem a devida comprovação com fontes documentais (RIBEIRO, s.d).

grande, rico e populoso - exerceria imensa preponderância no país (GAZETA DE OURO FINO, 21 de fevereiro de 1892. Pela Pátria. p.3).

Destacamos que este discurso, reproduzido constantemente em *A Gazeta de Ouro Fino* desde 1892, tornar-se-ia o principal argumento da política silvianista no comando do estado a partir de 1898. A ideia era manter Minas Gerais grande e unida, conservar o estado como a maior representatividade política do país e organizá-lo, obtendo ganhos políticos com o possível domínio numérico. Desta forma, Silviano Brandão já vislumbrava a possibilidade de construir uma aliança estadual, que com a coesão de votos de todos seus 37 deputados possibilitaria encaminhar a política nacional. Assim, em muitos editoriais publicados ainda em 1892 já podemos perceber características do discurso que dominaria a cena estadual a partir de 1898, qual seja de um estado harmonioso e coeso em sua vida política.

Este discurso foi utilizado incansavelmente por Silviano Brandão ao longo de sua ascensão ao governo do estado. O político sul-mineiro insistiu na ideia de coesão e harmonia interna para que Minas Gerais alcançasse maior destaque e participação no cenário político nacional. Mas a propaganda harmonia e coesão no interior do estado não significaram acordo e pacificação entre as facções opositoras, mas, sim, exclusão dos adversários mais fracos. Consistiu a concordância dos grupos regionais e sub-regionais em uma falácia do discurso hegemônico que mascarava o domínio oligárquico que se esboçava.

O domínio numérico de Minas Gerais materializar-se-ia a partir de 1898, com a organização do PRM e a construção da *Hegemonia Sul-Mineira*. O grupo orquestrado por Silviano Brandão seria o principal responsável pela organização do PRM e pela construção da aliança que se consolidou no poder do estado por duas décadas, 1898 a 1918. Mas cabe afirmar que no período em análise, 1891-1893, algumas cartas de Silviano Brandão endereçadas a Júlio Bueno Brandão já traziam preocupações com a importância numérica da representatividade mineira e, principalmente, com a necessidade de manter a coesão entre esses representantes. Na correspondência analisada dos dois iminentes políticos, percebemos os conchavos realizados para garantir a paz interna do estado.

Referências Bibliográficas

- BELLO, J. M. **História da República**– Primeiro Período: 1889-1902. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.p. 159-192;
- COSTA, J. C. **Pequena História da República**. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- CARONE, E. **A república velha: II Evolução política (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1983.
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras. 2009.
- CASTILHO, F.F.A. **Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no Final do Império e Primeira República**. Tese de Doutorado. Franca:Unesp. 2012.
- CASTRO, Pérola Maria Goldfeder. Regionalismo político no Sul de Minas Gerais: notas sobre o movimento separatista de 1892. In.: SAES, A.M. & MARTINS, M.L. **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20**. BAURU: Edusc. 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras. 1996.
- FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso In.: FERREIRA, J. & DELGADO, L.N. (Orgs.), **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930**. São Paulo: Civilização Brasileira. 2003. p. 47-88.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira: Do Império à República**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006. v. 7. t. 2.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1949.p.
- QUEIROZ, S. R. R. **Os radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In.: FERREIRA, J. & DELGADO, L.N. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. p. 91-110.
- _____. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

SILVA, Ana Carolina Feracin. **Entre a pena e a espada:** literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895). Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2001.

VISCARDI, Cláudia M. R. “Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República”. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99.

WIRTH, J. D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Fontes

A GAZETA DE OURO FINO, 1892 a 1897.

CASASANTA, Guerino (Org.). **Correspondência de Bueno Brandão**. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. 1958.

MINAS DO SUL, 1892 a 1894.

Relatório do Presidente da República Floriano Viera Peixoto, 1892. Disponível em: www.uchicago.edu. Acesso em: 19 maio 2012

Relatório do Presidente de Estado Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, 1892. Disponível em: www.uchicago.edu. Acesso em: 13 nov. 2010.